



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

O Trabalho do assistente social no Ministério Público: contradições na área sociojurídica

Wagner Souza da Encarnação¹

O presente trabalho é resultado da pesquisa dissertativa do mestrado acadêmico intitulada: *Contradições da área sociojurídica: uma análise da Instrumentalidade do Serviço Social no Ministério Público do Estado da Bahia*², apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (PPGSS-UFPB) em 2025. Tem como objetivo primário analisar as contradições da área sociojurídica e suas incidências sobre o trabalho do assistente social no Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA) à luz da instrumentalidade do Serviço Social. Os objetivos secundários incluem: a) discutir a instrumentalidade do Serviço Social na área sociojurídica; b) investigar o trabalho do assistente social na especificidade do MPBA e c) identificar as particularidades do trabalho do assistente social no MPBA a partir das incidências conservadoras e suas implicações no projeto ético-político profissional. Trata-se de um estudo de caso envolvendo entrevistas semiestruturadas com duas assistentes sociais pela plataforma digital ConferênciaWeB e análise documental. A pesquisa se ancora no materialismo histórico-dialético e tem sua abordagem qualitativa. Segundo Netto (2011), o método dialético permite realizar reflexões sobre a sociabilidade burguesa e suas contradições no movimento sócio-histórico da realidade social. Assim, a abordagem qualitativa tem a capacidade reflexiva que corrobora significativamente para o direcionamento e a construção do objeto, pensando em sua capacidade crítico-analítica (Albuquerque, Almeida e Santos, 2013, p. 21). Para o tratamento dos dados, foi feita análise de conteúdo, categorizando os dados, alinhada à revisão da literatura e à análise documental.

¹ Doutorando em Política Social na Universidade Federal do Espírito Santo (PPGPS-UFES). Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (PPGSS-UFPB). Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). E-mail: wagnerencarnacao.seso@gmail.com.

² Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), 2023-2025.

A pesquisa evidenciou que o trabalho do assistente social no Ministério Público do Estado da Bahia é permeado por contradições e ambiguidades que ora apresentam tendências de fiscalização das políticas públicas, judicialização da “questão social” e criminalização da pobreza, ora possibilitam a efetivação dos direitos sociais, especialmente no que tange aos direitos coletivos e individuais. Essa ambiguidade institucional marca a judicialização da “questão social”, que pode ser caracterizada pela falta ou pela precarização das políticas públicas e sociais, processo que tende à criminalização da pobreza, acentuada pela agenda neoliberal. Pereira (2020) sublinha a compreensão efêmera das múltiplas expressões da “questão social”, desvinculadas da totalidade sócio-histórica da concretude da realidade social (Encarnação, 2025, p. 135), trazendo, assim, prejuízos para sua análise e compreensão. Ainda, observam-se resquícios ideo-conservadores da instituição na análise e na intervenção da realidade social, os quais trazem incidências para o trabalho do assistente social com demandas fragmentadas e pontuais da realidade. No entanto, os resultados da pesquisa testificam que os assistentes sociais que trabalham na área sociojurídica, na particularidade do Ministério Público do Estado da Bahia, alinham-se à direção social do projeto ético-político profissional na defesa intransigente dos direitos humanos e na universalização dos direitos sociais conquistados historicamente, além do enfrentamento ao conservadorismo, que se remonta na sociedade (Guerra, 2015). Assim, a instrumentalidade do Serviço Social na área sociojurídica não expressa meramente os instrumentos e a técnica, mas, sobretudo, a capacidade crítica de analisar a realidade social e apreender a complexidade de seu espaço sócio-ocupacional, fortalecendo a dimensão política e coletiva da profissão e a universalização dos direitos sociais.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, C.P.; ALMEIDA, H.N.; SANTOS, C.C. A dimensão político-estratégica da investigação qualitativa em Serviço Social. In...: ARCOVERDE, A.C.B. (org.). **Metodologias qualitativas de pesquisa em serviço social**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013. p. 21-46.
- ENCARNAÇÃO. W.S. **Contradições da área sociojurídica: uma análise da Instrumentalidade do Serviço Social no Ministério Público do Estado da Bahia**. 2025. 159 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, UFPB, João Pessoa, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/37735>. Acesso em 21 de abril de 2026.

GUERRA, Y. Sobre a possibilidade histórica do projeto ético-político profissional a apreciação crítica que se faz necessária. In.: FORTI, V.L.; GUERRA, Y (orgs.). **Projeto ético-político do serviço social: contribuições à sua crítica**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

NETTO, J.P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PEREIRA, D.V. L. Os impactos das mutações do mundo do trabalho sobre a direção social do trabalho profissional. In.: PEREIRA, D.V. L. **Mutações no mundo do trabalho e suas repercussões no Serviço Social**. Curitiba, CRV, 2020.